

Ata de Reunião

Comitê de Enfrentamento ao Covid-19 no Sistema Socioeducativo

Data: 25/junho/2020	Local: Via Webex (Assista aqui)
Horário de início: 14h00min	Horário de Término: 15:32
<p>SEI nº 0024677-23.2020.8.16.6000</p> <p>Participantes: Des. Ruy Muggiati, Supervisor do GMF/PR Dra Noeli Salete Tavares Reback, Juíza Coordenadora Estadual - CIJ/TJPR Dra. Claudia Catafesta Kleber Humberto da Silva - Assessoria do GMF/PR Georgia Settani Adriana Accioly Aline Fioravante</p> <p>Ministério Público do Estado do Paraná Dra. Luciana Linero</p> <p>CNJ Dra. Flavia Kroetz</p> <p>DEASE - Departamento de Atendimento Socioeducativo (SEJUF) Cel. David Antonio Pancotti Alison Adalberto Batista, responsável pela Divisão de Vagas e Informações Flávia Palmieri de Oliveira Ziliotto, responsável pela Divisão Psicossocial Carla Pereira Navarro Lins - Divisão de Saúde Andrea Kravetz</p> <p>OAB/PR Dra. Karina Sabatke Dra. Bruna Saraiva</p> <p>DEFENSORIA PÚBLICA Dr. Bruno Muller Silva, Defensor Público, coordenador do Núcleo da Infância e Juventude (NUDIJ)</p> <p>CEDCA Marcio Bernardes de Carvalho</p> <p>Secretaria de Segurança Pública - SESP Dra. Eliete Aparecida Kovalhuk</p>	

Assuntos em Pauta:

Para a reunião **de 25 de junho de 2020, às 14h00min**, fica estabelecida a seguinte pauta, ainda aberta para eventuais sugestões dos parceiros:

- 1 - Aprovação da ata da reunião anterior;
- 2- DEASE - atualizações - plano de ação para execução da medida a socioeducativa de semiliberdade em formato domiciliar
- 3- divulgações das ações do comitê - lives
- 4- assuntos gerais

Desenvolvimento dos Assuntos em Pauta: (reunião gravada - acesso ao vídeo [aqui](#))

Aberta a reunião pelo Des. Ruy, passou a palavra a Dra Noeli Salete Tavares Reback, que submeteu a pauta da reunião do dia 18 de junho de 2020 para aprovação e não havendo acréscimos, foi aprovada.

Na sequência, Dra. Noeli explicou sobre o próximo tópico da pauta, que se refere ao debate sobre a socioeducação na parte da semiliberdade, passando a palavra ao DEASE:

2 - DEASE - atualizações - plano de ação para execução da medida a socioeducativa de semiliberdade em formato domiciliar:

Cel Pancotti primeiramente falou ao comitê sobre a inscrição de três projetos elaborados pelo DEASE os quais foram inscritos para concorrerem ao prêmio Innovare. Informou de outros assuntos que seriam trazidos à pauta e que apresentaria um vídeo de uma médica infectologista que trabalha com o DEASE. Pontuou a questão dos dados, que foram questionados pelo CEDCA e não foram repassados ao CNJ. Após, passou a palavra à Flavia Ziliotto e Alison Batista para tratar do tema da semiliberdade.

Flávia Ziliotto apresentou primeiramente o ofício 065/2020, do Ofício do DEASE, que foi encaminhado ao Comitê e repassado os membros na manhã deste dia 25/06. ([clique aqui](#)). Fez a leitura de partes do ofício, apontando suas preocupações, que dizem respeito aos objetivos da semiliberdade, e outras preocupações, tais como: a) o exercício futuro da liberdade e não o exercício atual dessa liberdade; b) a criação do vínculo efetivo entre os socioeducadores e adolescentes; c) os direitos garantidos pela semiliberdade, como educação, saúde, lazer, esportes, etc., que não seria possível dar garantias durante a pandemia; d) a necessidade, caso restabelecida a semiliberdade, que o adolescente compareça à casa de semiliberdade para proceder à fase de admissão; e) a questão do quadro de recursos humanos do DEASE, pois vários foram afastados, como técnicos e agentes, também afastados para atuarem no socioeducação. Ou seja, é o arranjo atual que permite a manutenção das vagas e o controle das questões sanitárias e de saúde no sistema; f) o processo sistemático avaliativo do adolescente, que deve ser encaminhado ao judiciário, e que se pauta pelo PIA, mas seria um PIA deficitário por não poder inserir o adolescente nas diversas atividades. Informou ainda, do envio dos pareceres do CRP ([aqui](#)) e do CRESS ([aqui](#)) que tratam de orientações sobre o atendimento on line, cabendo ao profissional avaliar o disposto nos códigos de ética.

Cel. Pancotti pontuou que seria importantíssimo a realização desse trabalho, se referendo ao semiliberdade, mas que o momento em que vivemos não permite que o DEASE que possam tomar essa atitude. Na sequência, retomou a questão do prêmio Innovare, informando que um dos projetos inscritos é o próprio plano de contingência do DEASE. Ainda, o manual GLBT e círculo de apoio e cuidado oferecido aos servidores do DEASE.

Dra. Noeli passou a palavra à Dra. Cláudia Catafesta, considerando que havia proposto anteriormente o tratamento do tema da semiliberdade;

Dra. Claudia Catafesta informou que fez a leitura dos ofícios e das recomendações dos Conselhos e afirmou que o comitê veda as questões da semiliberdade considerando todas as questões trazidas pela Flávia Ziliotto. Mas como magistrada e seus demais colegas, se vê numa situação complicada (“ou nós temos a internação, ou nada”) e trouxe alguns pontos em relação à semiliberdade, como são os fluxos e a ambientação do adolescente. Acredita que o documentos está pautado nas orientações do Sinase e compreende os cuidados necessários, mas que o momento é de reinvenção. Trouxe a situação de Londrina, em que tem apenas 1 menino em semiliberdade, que mora na casa em razão de problema de saúde e precisa estar próximo ao tratamento, e mais 7 em acompanhamento remoto, com resultados frutíferos segundo as equipes. Acredita que via comitê possa-se se fazer uma orientação para que a avaliação possa ser feita observando a realidade de cada comarca, pois a normativa até agora orienta obsta o ingresso. Ressaltou que não imagina a aplicação como uma primeira medida, mas remeteu aos adolescentes que estão internados e poderiam receber a semiliberdade. Pensou como um plano alternativo e não como uma progressão da internação definitiva para a semiliberdade, mas uma medida para os meninos que estão no sistema, se seria possível pensar a partir dessa lógica;

Andrea Kravetz demonstrou sua preocupação com a aplicação das atividades educacionais, apontou as dificuldades de manutenção das atividades escolares dos adolescentes em semiliberdade, vez que alguns parceiros educacionais estão com as atividades suspensas, na qualificação e outras ofertas e as equipes têm feito um grande trabalho para tentar manter o vínculos para garantir a continuidade da trajetória escolar dos adolescentes; que nos municípios o trabalho está sendo árduo para o acompanhamento pelas equipes, para manter a trajetória escolar; a esfera educacional tem sido um gargalo a ser superado pela SEED e as equipes da rede;

Dra. Noeli relembrou as palavras da Dra. Cláudia, que para os magistrados, que estão na função de executar a medida, a preocupação é muito grande, compreende as ponderações e dificuldades do DEASE, mas que é por causa da pandemia que tivemos que mudar e reinventar nossas ações, citando que há três meses muitas ações eram pensadas de outras formas. Que os atores envolvidos não possuem o direito de dizer que possuem um problema e digam que não irão resolver. Que não acredita seja impossível a implementação de uma medida de semiliberdade por meio remoto, considerando as limitações desse formato. Reforçou que não se trata de novos ingressos em medidas de cumprimentod e semiliberdade e sim eventuais semiliberdades que já eram aplicadas e eventuais que saiam do sistema e sem riscos de contaminação pelo covid-19. Que até o momento as progressões que está aplicando são para o meio aberto, pela inexistência

da semiliberdade no Estado, por motivo de força maior. Mas que tem casos possíveis de encaminhar ao semiliberdade, desde que remoto e com as garantias dos encaminhamentos próximo. A ideia seria avaliar o cumprimento da semiliberdade no olhar remoto, em cada unidade que tem a semiliberdade, como feito no aberto. Que sua prioridade é a criança e o adolescente. Seu pedido é de que a equipe brilhando do DEASE que possa olhar com readaptação e reinvenção, para garantir a proteção efetiva ao adolescente. O comitê se serve à busca de soluções e que se precisa reinventar frente à pandemia, que é nossa realidade.

Cel Pancotti falou que o que o DEASE possui hoje, estão executando e acompanhando e tomando conta, reinventaram as ações, como o acompanhamento e colocando os técnicos a verificarem se as famílias receberam os benefícios e cestas básicas e que sua preocupação é com o novo.

Flavia Ziliotto reforçou que algumas unidades de semiliberdade estão com dificuldade de acompanhamento das medidas, como a semi masculina de Curitiba, que propôs a possibilidade de trazer os adolescentes para as unidades, para que conseguissem repactuar as normas do cumprimento dessas medidas frente a dificuldade de acompanhamentos remoto. Que o DEASE tem envidado todos os esforços das equipes para um atendimento qualificado para esses que já estão com a medida decretada e suspensa. Assim, a preocupação é com novos adolescentes, que não tenham criado vínculos com as equipes de semiliberdade, que precisam ser feitos. A semi feminina de Umuarama também estão com dificuldades de acompanhamento.

Dra. Noeli Alguns magistrados suspenderam e outros determinaram que essas medidas fossem acompanhadas no sistema remoto. Observando os relatórios, a sua comarca e da Dra. Cláudia estão determinando por meio remoto. Outros magistrados podem ter suspenso as medidas. Se em algumas comarcas a medida está suspensa, tudo bem. Em outras, se estão fazendo remotamente, tudo bem! a ideia seria repassar essa orientação aos magistrados para que reestabeçam a medida no formato remoto e observando cada realidade. Pois se você suspende uma medida e precisarmos ficar mais seis meses em isolamento, passado esse tempo, o adolescente terá que ficar mais seis meses no semiliberdade, o que poderia ser evitado com o sistema remoto, dependendo da situação de sua comarca. E a ideia de sair da internação, abrir essa possibilidade de repensar a semiliberdade de forma remota. Seu pensamento é de que se possa fazer uma orientação no sentido de que a semiliberdade, ao invés de suspensa, se mantivesse de forma domiciliar, com acompanhamento remoto.

Dra. Luciana Linero propõe verificar primeiro quais as cidades e quais as redes estão atendendo e ver a possibilidade de propor a progressão da semiliberdade para a medida em meio aberto, que poderia ser uma recomendação do comitê, principalmente para aqueles adolescentes em cidades pequenas em que os serviços estão abertos; depois, verificar a possibilidade de se trabalhar com um número reduzido de semiliberdade, a exemplo do que já se tem nos Censes, verificando a capacidade de atendimento pelas unidades, para a análise dos casos em que caberia a integração do adolescente, observando caso a caso; e que vários adolescentes no semiliberdade poderiam ser reavaliados e as vagas poderiam ser planejadas;

Alison Batista falou que os adolescentes que estão hoje com as medidas suspensas ou em regime domiciliar, já seriam os adolescentes que “sobrara”, pois no início da pandemia, foi feito o movimento nas comarcas e alguns juízes progrediram e outros mantiveram os adolescentes na semiliberdade. Alguns juízes suspenderam as medidas mas determinaram o acompanhamento. Ou seja, houve pedido de reavaliação das medidas e embora suspensas, estão em acompanhamento. Que alguns adolescentes durante a pandemia já progrediram, como em Umuarama;

Dra. Luciana Linero considerou que devido a possibilidade de ampliação do tempo da pandemia, tem-se impactos nos trabalhos dos magistrados, que para sentenciar, ficam de mãos atadas, sem a certeza de atendimentos aos adolescentes. Acredita que se possa pensar uma metodologia,

dentro das condições da equipe técnica, a possibilidade de abertura de vagas para o semiliberdade;

Flávia Ziliotto confirmou para Dra. Luciana que podem fazer essa análise, com a pessoa responsável pelos Recursos Humanos; sua preocupação é de se tiver que abrir a semiliberdade tenha que restringir as vagas de internação provisória e internação, já que houve deslocamento das equipes para essas tarefas; ainda tem a grande preocupação frente ao aumento de 66% de número de casos de covid-19 no Estado do Paraná, e se isso afetar a equipe, poderá acarretar em atendimento inadequado para todo sistema;

Dr. Bruno Muller ressaltou que a pandemia é um permissivo para alguma cessão. A ideia é saber quem vai ceder? Se serão os parâmetros do Sinase ou essa não aplicação de uma medida mais restritiva que é a semiliberdade frente a uma liberdade assistida. Informou que de sua leitura no site do Sinase, são 126 vagas de semiliberdade, divididas entre sete cidades, cada uma com 18 vagas, mais a semi de Curitiba com sete vagas. Pontuou as questões de distribuição dos recursos humanos já trazidos pelo DEASE; questionou qual seria a capacidade hoje, da semiliberdade, em termos de vagas; que existe adolescente na semiliberdade, a qual não foi fechada e o que foi proibido foi o ingresso de novos adolescentes; que uma das medidas essenciais é saber quantas vagas o DEASE conseguiriam oferecer com qualidade? e como sugestão, de se apresentar na próxima reunião o quantitativo de vagas podem ser oferecidas como teto limite, para o semiliberdade?

Dra Claudia Catafesta ressaltou que como é interlocutora entre os Juízes, por esse motivo apresentou essa questão como pauta; que da leitura do ofício do DEASE, entendeu como uma negativa ou recomendação para que não se abrisse o semiliberdade; percebe que o comitê compreende que é possível, concordando com a fala da Dra. Luciana Linero e do Dr. Bruno, no sentido de compreender o tamanho do problema; acredita que podem incentivar os magistrados a revisar suas decisões que foram tomadas no calor da situação; a necessidade então de se reavaliar, na forma já proposta e pensar a inclusão de novos ou não;

Cel Pancotti concordou com as falas e afirmou que irão fazer toda a avaliação, levantamento dos servidores e ações executadas e para a próxima reunião colocarão em pauta;

Dra Noeli sugeriu o seguinte encaminhamento: o DEASE até a próxima reunião apresentará por escrito os detalhes de suas atividades, atendendo os questionamentos já apresentados e a possibilidade de apresentar qual a estrutura do DEASE para suportar o cumprimento remoto das medidas de semiliberdade;

Dr. Bruno pontuou que esse plano seria no recorte feito pela Dra. Claudia, adolescentes que seriam da internação provisória ou da internação, como uma progressão e não como medida inicial;

Dra. Noeli falou que então a deliberação é no sentido de se ter um panorama da infraestrutura do DEASE , das condições, das forças de trabalho e do acompanhamento de todos os socioeducandos cumprindo a medida de semiliberdade, mas com um olhar da possibilidade se posteriormente possa-se adotar também os meios remotos.

Na sequência, convidou a Dra. Frávia Kroetz para tratar das questões das inspeções e sua proposta de roteiro para a realização das inspeções em formato físico.

Dra. Flávia Kroetz falou sobre as orientações do CNJ para as inspeções em locais de privação de liberdade, incluindo o sistema de socioeducação. Que a ideia do documento é passar segurança aos magistrados, relembrar que as inspeções são fundamentais e dar segurança com alguns protocolos de saúde e prevenção. Que elaborou um roteiro com base na orientação técnica, para auxiliar o juiz na hora da inspeção, com medidas preparatórias para redução do tempo da visita e equipes reduzidas, se possível, com profissional da saúde, tudo para oferecer segurança. Se não houver possibilidade de presencial, possuem sugestões complementares para auxiliar no monitoramento. Trata-se de um roteiro aberto, caso queiram alterar ou adicionar elementos que entenderem importantes. E que se trata de um enfoque específico às questões da pandemia;

Dra. Noeli informou que irá disponibilizar o roteiro da Dra. Flávia para o Dr. Sérgio Kreuz e para Dra. Claudia Catafesta e Dra. Luciana Linero;

3- divulgações das ações do comitê - lives

Dra. Noeli listou os integrantes do comitê e que também participam do comitê protetivo e esclareceu as funções desse comitê, sua primeira reunião e sua instituição, com grande número de participantes e seu olhar para os adolescentes acolhidos em todos os formatos e também crianças vítimas de violência; informou atos e ações que nasceram a partir do comitê, que tem bom funcionamento e boa vontade de todos os integrantes; que fizeram uma “live” sobre a nota técnica emitida e que obteve sucesso de audiência e eficiência de chegar a um número amplo de pessoas; que surgiu a necessidade de se fazer lives semanais neste comitê de socioeducação, sendo a próxima live para o dia 01/07/2020, com membros dos dois comitês, para apresentação dos dois comitês, para o público em geral e para público específico, com uma apresentação do comitê, para dizer da existência e dos canais de comunicação existentes, para amplo conhecimento desses comitês; houve apoio da segunda vice presidência do Tribunal com sua área de marketing; solicitou apoio de marketing para os integrantes do comitê; que o hotsite está ativo com notícias do sistema protetivo; questionou se todos concordam com a live da semana que vem, com a presença dos representantes, para apresentar o trabalho dos comitês; que fica agendado para o dia 01/07/2020, às 17h00min a primeira “live” e verificará quem participará;

Cel. Pancotti falou da existência de um relatório de todo o trabalho do DEASE que pode ser apresentado;

Des. Ruy confirmou sua participação;

Dr. Bruno trouxe questão apontada no início da pauta, relatando o site do CNJ que apresentou os números sobre o sistema prisional e socioeducativo e o Paraná não constou e questionou também a Dra. Flávia saberia responder;

Cel. Pancotti falou que os conselheiros do CDECA o questionaram sobre essa ausência dos dados; que oficiou ao CDECA justificando que os dados foram informados; solicitou espaço de apresentação de um vídeo;

Dra. Flávia Kroetz explicou como foi feito o levantamento do monitoramento GMF, com base em diferentes fontes de informação. Que os registros de contágios e óbitos, que são fontes de várias origens. Esses documentos trazem a totalidade de casos e no socioeducativo, ele traz a totalidade

só em relação ao Brasil. São diversas fontes. Outro tipo de monitoramento é o feito pelos TJs, por meio do DMF e Tribunais, com a participação dos GMFs. Que a parte do Paraná ainda não houve prestação de informações. Essas informações são pedidas todo dia 15 e dia 30 de cada mês e assim, são inseridas no sistema de informações dos GMFs; que o DMF solicitou por ofício, a todos os tribunais, a disponibilização dos dados;

Dra Noeli pediu esclarecimento que sobre os dados que não foram informados pelo TJ. E questionou o Des. Ruy recebeu?

Adriana Accioly esclareceu que o ofício foi recebido pelo GMF e desde 24 de junho passou a ser regularizado pelo GMF para os próximos encaminhamentos sejam feitos pelo GMF;

Cel Pancotti esclareceu que os dados são públicos, que deixa os dados transparentes, o que o deixou entristecido a ausência dos números e que serão colocados de forma correta ao CDECA. Apresentou um vídeo produzido pela médica infectologista que trabalha no CENSE de São José dos Pinhais, que foi apresentado aos servidores do DEASE, como forma de prevenção e cuidado de seus servidores, com ações de combate ao covid. Houve problema com a apresentação do vídeo, o qual foi disponibilizado ao GMF para encaminhamento aos membros do comitê;

Carla Lins confirmou a importância da parceria com a Dra. Thatiana, médica infectologista nas ações do DEASE; que com as negativas da SESA, a Dra. Thatiana se mostrou a disposição de todos, dando seu apoio aos servidores, para trazer mais tranquilidade;

Dra. Noeli parabenizou o DEASE pelas indicações ao Inovare e passou a palavra ao Des. Ruy Muggiati

Des. Ruy Muggiati agradeceu a todos pela participação, engajamento e união que buscam objetivos comuns, de realização de implementação e efetivação dos direitos da criança e do adolescente e quando isso acontece, percebe-se fica sempre mais importante o fazer do que falar e é no plano do fazer que o grupo se encontra e junta todas as suas forças e as dificuldades se tornam superáveis e podemos construir um mundo melhor.

Encaminhamentos:

- Fica designada reunião para o dia 02 de julho de 2020, às 14h00min, utilizando-se a plataforma virtual Webex por meio de convênio CNJ/Cisco a ser criada sala de reunião pela assessoria do GMF;